Estratégia Concursos

3º SIMULADO

TJRJ

TÉCNICO JUDICIÁRIO

Simulado Especial

3º Simulado TJ-RJ – Técnico Judiciário

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da TJ-RJ;

*2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*

3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.

4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;

*5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;

*7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube**. Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.*

8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-01-02

01 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	21 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	41 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
02 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	22 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	42 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
03 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	23 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	43 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
04 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	24 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	44 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
05 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	25 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	45 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
06 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	26 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	46 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
07 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	27 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	47 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
08 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	28 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	48 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
09 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	29 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	49 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
10 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	30 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	50 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
11 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	31 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	51 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
12 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	32 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	52 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
13 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	33 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	53 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
14 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	34 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	54 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
15 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	35 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	55 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
16 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	36 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	56 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
17 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	37 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	57 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
18 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	38 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	58 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
19 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	39 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	59 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
20 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	40 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	60 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ

PORTUGUÊS

A desconsideração da personalidade jurídica é uma medida excepcional cuja aplicação é relegada a caso extremos em que a pessoa jurídica tenha sido instrumento para fins fraudulentos por aqueles que a idealizaram, valendo-se dela para encobrir ilícitos que propugnaram seus sócios ou administradores.

Com a entrada em vigor Código de Processo Civil de 2015 (Lei n° 13.105/2015), o instituto da desconsideração da personalidade jurídica ganhou regramento próprio, mais especificamente nos arts. 133 a 137.

A rigor, uma vez suscitado o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, o procedimento autoriza que um terceiro venha a ingressar na relação processual. Nesse momento, o sujeito até aqui estranho ao processo perderá a qualidade de terceiro e tecnicamente passará a ser qualificado como parte do processo.

No incidente, o terceiro estranho à relação processual é titular de relação jurídica conexa àquela discutida em juízo. Com efeito, o patrimônio do terceiro está potencialmente sujeito aos meios executivos pretendidos, em razão de débito ostentado por uma outra pessoa.

Com o objetivo de evitar que o patrimônio de terceiro seja atingido sem que lhe seja concedida a oportunidade de exercer o contraditório, o legislador tratou de protegê-lo, por meio de um procedimento específico, no qual será decidida a efetiva responsabilidade patrimonial, autorizando, consequentemente, sejam adotados os meios executivos sobre o patrimônio pessoal daquele que não figura como devedor na relação processual.

De um lado, a lógica por trás da criação do incidente é remediar situações abusivas e fraudulentas. Afinal, o mero inadimplemento de obrigações contratuais não autoriza investidas temerárias contra o patrimônio de sócios ou sociedades supostamente ligadas ao débito discutido em determinada relação jurídica.

Na outra ponta, a valorização do contraditório não poderia servir de blindagem ao patrimônio de potencial devedor para que ele frustre eventual execução. Não há dúvidas de que certos casos demandam urgência da prestação jurisdicional, sob pena de não ser possível garantir o resultado útil do processo.

01. O texto acima pode ser classificado predominantemente como:

a) DISSERTATIVO INFORMATIVO

b) DESCRITIVO

c) DISSERTATIVO ARGUMENTATIVO

d) INSTRUCIONAL

e) NARRATIVO

02. Infere-se do texto que:

a) Os débitos de outra pessoa prejudicam o patrimônio de terceiros uma vez envolvidos na relação processual.

b) Antes do Código de Processo Civil de 2015, o instituto da desconsideração da personalidade jurídica não tinha regramento próprio.

c) A desconsideração da personalidade jurídica é uma medida recorrente e pode ser aplicada a casos extremos.

d) Sócios inadimplentes devem oferecer seus patrimônios como garantias em caso de inadimplemento em contratos.

e) O patrimônio do potencial devedor deve ser disponibilizado em caso de execução.

03. A correção gramatical e o sentido seriam prejudicados caso o trecho destacado em "As reuniões cresceram, assumiram fortes dimensões políticas e tornaram-se eventos de grande repercussão, ainda que prejudicadas pela censura vigente" fosse substituído por:

a) conquanto;

b) posto que;

c) visto como;

d) não obstante;

e) malgrado.

04. Assinale a alternativa que preencha as lacunas indicadas com (_____), sem gerar erro gramatical ou incoerência para a sequência textual:

De algum modo, _____ que substituir _____ imagem centralizada e que tende _____ uniformidade de indivíduo cidadão possuidor de alguns direitos e submetido _____ deveres igualmente abstratos, isto é, desligados das circunstâncias sociais e culturais reais, o que reduz a vida social _____ relações do indivíduo e do Estado, pela imagem invertida de uma relação _____ mais direta possível entre a identidade pessoal ou coletiva e o universo aberto da técnica, das redes de comunicações e dos mercados.

(Alain Touraine, Correio Braziliense, 09/08/97).

a) há–a–à–a–às–a

b) à–à–a–à–as–a

c) há–à–a–à–às–a

d) a–à–à–a–às–a

e) a–há–à–a–as–a

05. Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o trecho "Por ser um fundamento de grande efetividade, a cortada se caracteriza como o movimento técnico mais utilizado durante a execução do ataque." Assinale a opção em que a proposta de reescrita apresentada mantém os sentidos originais e a correção gramatical do texto:

a) embora seja um fundamento de grande efetividade, a cortada caracteriza-se como o movimento técnico mais utilizado durante a execução do ataque;

b) a cortada se caracteriza como o movimento técnico mais utilizado durante a execução do ataque, caso seja um fundamento de muita efetividade;

c) visto que é fundamento muito utilizado, a cortada se caracteriza como o movimento técnico de grande efetividade durante a execução do ataque;

d) a cortada caracteriza-se por ser o movimento técnico mais utilizado durante a execução do ataque, porquanto é fundamento de grande efetividade;

e) à medida que seja elemento de grande efetividade, a cortada se caracteriza como o movimento técnico mais utilizado durante a execução do ataque.

06. Observe o seguinte trecho:

"O projeto, **que será oferecido a mulheres e crianças**, tem o apoio da direção do órgão"

Assinale a alternativa que não mantém a frase acima gramaticalmente correta ou coerente:

a) a que também se vincularão mulheres e crianças;

b) de que também participarão mulheres e crianças;

c) em que também se incluirão mulheres e crianças;

d) por cujos resultados serão beneficiadas mulheres e crianças;

e) ao qual também terão a participação mulheres e crianças.

07. Entre as alternativas dadas, qual está incorreta quanto à flexão do infinitivo?

a) A mãe mandou as crianças descansarem.

b) Estes comentários são dignos de elogiar.

c) Nesta história parece haver fatos omissos.

d) Vi-os atuarem com perfeição.

e) Todos hão de realizar seus sonhos.

08. A correção gramatical e o sentido seriam mantidos caso o trecho "Assim não haveria necessidade de retomada de imóveis, porque mutuário em dia certamente seria mais atrativo para o mercado do que unidades habitacionais fechadas" fosse substituído por:

a) Assim, não haveria necessidade de retomada de imóveis, por conseguinte mutuário em dia certamente seria mais atrativo para o mercado do que unidades habitacionais fechadas.

b) Assim, não haveria necessidade de retomada de imóveis, pois, certamente, mutuário em dia seria mais atrativo para o mercado do que unidades habitacionais fechadas.

c) Assim, não haveria necessidade de retomada de imóveis, posto que mutuário em dia certamente seria mais atrativo para o mercado do que unidades habitacionais fechadas.

d) Assim, não haveria necessidade de retomada de imóveis, portanto mutuário em dia certamente seria mais atrativo para o mercado do que unidades habitacionais fechadas.

e) Assim, não haveria necessidade de retomada de imóveis; mutuário em dia certamente seria, pois, mais atrativo para o mercado do que unidades habitacionais fechadas.

09. Assinale a opção que esteja incorreta considerando a concordância verbal:

a) Quinze dias é pouco para a conclusão deste trabalho.

b) Naquele momento batia dez horas no relógio da sala.

c) Trinta por cento dos candidatos aprovados serão contratados.

d) Eram três horas da madrugada quando saíram.

e) No próximo dia vinte, faz dez meses que a campanha iniciou-se.

10. Entre as frases a seguir, assinale aquela em que o acento indicativo de crase que se justifica pelo mesmo motivo do empregado em "dava oportunidade às crianças"

a) Enviou o trabalho à que solicitou por e-mail.

b) Chegou às duas da manhã.

c) À medida que falava mais se complicava.

d) Não mencionou a nova aluna, mas se referiu à que já conhecia.

e) Saiu às escondidas.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Alexandre, Brunno, Carlos e Décio são quatro artistas talentosos. Um deles é pintor, outro é dançarino, outro é cantor e outro é escritor, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que:

(1) Alexandre e Carlos assistiram ao show do cantor.

(2) Quando jovens, Brunno e o escritor foram retratados pelo pintor.

(3) O escritor, já escreveu uma biografia de Décio e agora planeja escrever uma biografia de Alexandre.

(4) Alexandre nunca conheceu Carlos.

Pode-se extrair a conclusão de que:

a) Alexandre é o dançarino

b) Brunno é o dançarino

c) Carlos é o dançarino

d) Décio é o dançarino

e) Décio é o cantor

12. A negação da afirmação condicional "se estou ligado nos 330V, então aprendo Raciocínio Lógico" é logicamente equivalente a:

a) Se não aprendo Raciocínio Lógico, então não estou ligado nos 330V.

b) Não estou ligado nos 330V ou aprendo Raciocínio Lógico.

c) Não aprendo Raciocínio Lógico e estou ligado nos 330V.

d) Se não estou ligado nos 330V, então não aprendo Raciocínio Lógico.

e) Não aprendo Raciocínio Lógico ou estou ligado nos 330V.

13. Quatro professores do Estratégia dividirão, em partes diretamente proporcionais aos anos dedicados para a empresa, um bônus de R$ 36.000,00. Sabe-se que dentre esses quatro professores um deles já possui 2 anos trabalhados, outro possui 7 anos trabalhados, outro possui 6 anos trabalhados e o outro terá direito, nessa divisão, à quantia de R$ 6.000,00. Dessa maneira, o número de anos dedicados ao Estratégia, desse último professor citado, é igual a

a) 5.

b) 7.

c) 2.

d) 3.

e) 4.

14. O coach Rafael Moreno sugeriu uma tarefa para que seu aluno execute em 4 semanas. Esse aluno executou 3/8 da tarefa na 1a semana. Na 2a semana, ele executou 1/3 do que havia executado na 1a semana. Na 3a e 4a semanas, o aluno termina a execução da tarefa e verifica que na 3a semana executou o dobro do que havia executado na 4a semana. Sendo assim, a fração de toda a tarefa que esse aluno executou na 4a semana é igual a

a) 5/16

b) 1/6

c) 8/24

d) 1/4

e) 2/5

15. Em um campeonato regional de basquete, cada equipe disputa um total de 38 jogos, recebendo 3 pontos a cada vitória, 1 ponto a cada empate e nenhum ponto em caso de derrota. Em 2018, o time Estratégico foi o campeão desse campeonato, conquistando um total de 77 pontos e sendo derrotado apenas 5 vezes. Dessa forma, o número de vitórias obtidas pelo time Estratégico nesse campeonato regional de 2018 é igual a

a) 23

b) 22

c) 21

d) 20

e) 19

16. Dentre 30 funcionários do TJ-RJ, sendo 13 homens e 17 mulheres, deseja-se escolher, aleatoriamente, um representante, um vice-representante e um suplente, de modo que esse grupo não seja composto somente por homens e não seja composto somente por mulheres. O número total de possibilidades para fazer essa escolha é igual a

a) 3094.

b) 7050.

c) 10919.

d) 14786.

e) 18564.

17. Guilherme Neves divide seu salário mensal entre gastos domésticos e investimentos, na proporção de 5 para 2. Um aumento no valor do aluguel, que compõe uma parte dos gastos domésticos, obrigou Guilherme a transferir 1/4 do investimento mensal para os gastos domésticos. Qual a nova proporção mensal entre os gastos domésticos e os investimentos de Guilherme?

a) 3 : 1

b) 20 : 7

c) 15 : 7

d) 11 : 3

e) 12 : 5

18. Usando 42 linhas por página e 78 caracteres (ou espaços) em cada linha, um técnico do TJ-RJ prepara um relatório de 54 páginas. Para melhorar a legibilidade do texto, o escriturário diminuiu para 26 o número de linhas por página e para 63 o número de caracteres (ou espaços) por linha. Qual será o número de páginas ocupadas pelo texto na nova configuração?

a) 100

b) 102

c) 104

d) 106

e) 108

DIREITO CONSTITUCIONAL

19. Em determinada ocasião, o Presidente do Tribunal de Justiça decidiu conceder, aos servidores do órgão, 30 dias de férias coletivas. Descontentes, os servidores levaram a medida ao conhecimento do CNJ que, considerando-a inadmissível, optou pela sua desconstituição. Assim, levando em conta o que estabelece a Constituição Federal e a jurisprudência, assinale a alternativa correta:

a) A concessão de férias coletivas é inconstitucional, mas a medida apenas poderia ter sido contestada por meio de ação judicial própria.

b) Houve evidente afronta aos comandos constitucionais, no que diz respeito à concessão das férias coletivas, detendo o CNJ competência para rever ou desconstituir atos dessa natureza, ainda que provenientes dos próprios Tribunais.

c) O controle dos atos administrativos dos Tribunais, pelo CNJ, restringe-se aos processos disciplinares de magistrados, sendo, portanto, irregular a decisão do Conselho.

d) O CNJ poderia ter assinado prazo para que o Tribunal tomasse as devidas providências e anulasse o ato de concessão de férias, mas jamais poderia, diretamente e por ato próprio, rever a medida.

e) A atuação do CNJ é subsidiária, no que se refere ao controle dos atos administrativos, devendo a questão ter sido levada, em um primeiro momento, ao conhecimento da Corregedoria do respectivo Tribunal.

20. Assinale a alternativa que contém uma afirmação verdadeira acerca da ação constitucional do habeas corpus:

a) A legitimidade ativa é universal, mas Juízes de Direito jamais poderão concedê-lo de ofício.

b) Por se tratar de ação penal, não poderá ser impetrado contra ato de autoridade civil.

c) Pessoas jurídicas não podem figurar como pacientes nesse tipo de ação.

d) Embora pessoas jurídicas não possam integrar seu polo ativo, a ação é gratuita e não exige assistência de advogado.

e) Sempre que o ato atacado for proveniente de ilegalidade ou abuso de poder, o remédio cabível será o mandado de segurança, e não o *habeas corpus*.

21. No que diz respeito à liberdade de pensamento e de expressão, está em consonância com o que determina a Constituição da República e com a jurisprudência o que se afirma em:

a) Efetivado o direito de resposta, não há que se falar em indenização por dano material ou moral.

b) A exigência, ainda que por meio lei, de autorização prévia do biografado para a publicação de biografias, é inconstitucional, por representar ofensa à liberdade de expressão.

c) Em respeito à liberdade de pensamento, ao Estado não é vedada a adoção de qualquer religião oficial, desde que mantida a tolerância com outras religiões.

d) No cotejo entre o direito à honra e à imagem e o direito à preservação da identidade do autor da ofensa, prevalecerá este último.

e) A liberdade de pensamento é ampla, abrangendo não só a permissão para expressar ideias ou sentimentos, como também o direito ao anonimato e ao silêncio.

22. O Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, após aprovação do órgão colegiado, enviou a proposta orçamentária do Poder Judiciário Estadual para a aprovação da Assembleia Legislativa respectiva. Esta, ao certificar a conformidade da proposta com os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhou o projeto para o Governador que, finalmente, sancionou a lei. Considerando a situação hipotética apresentada, é possível afirmar que:

a) O procedimento seguiu as regras constitucionais previstas para a aprovação do orçamento do Poder Judiciário Estadual.

b) O projeto é inconstitucional, uma vez que, ainda que a proposta esteja adequada aos limites da LDO, deveria ter sido encaminhada para o Poder Executivo para que este, a seu critério, procedesse aos ajustes pertinentes.

c) Embora o Poder Judiciário possua orçamento próprio e independente dos demais poderes, o encaminhamento da proposta de todos os órgãos do Poder Judiciário Nacional cabe ao presidente do STF.

d) A lei não poderia ter sido sancionada por conter vício de iniciativa, já que esta pertence exclusivamente ao chefe do Poder Executivo Estadual, responsável pela consolidação das propostas orçamentárias de todos os poderes.

e) O Poder Judiciário apenas participa da definição dos limites contidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas não detém autonomia para a elaboração de sua proposta orçamentária.

23. Assinale a alternativa que contém uma afirmação verdadeira a respeito da repartição de competências estabelecida pela atual Constituição:

a) A divisão de atribuições entre as unidades federativas jamais deve ser vista com base no interesse exclusivo de cada uma delas, em virtude da repercussão que o assunto possui, em maior ou menor grau, na esfera das demais.

b) O caráter absoluto do princípio da predominância do interesse revela a impossibilidade de centralização de tarefas de importância marcadamente regional ou local nas mãos da União.

c) O texto constitucional sinaliza para a adoção do modelo de repartição vertical de competências, com evidente renúncia à técnica horizontal.

d) Considerando a ausência de matérias de interesse exclusivo, não há que se falar em competências exclusivas ou indelegáveis na atual Constituição.

e) As competências comuns e concorrentes são cumulativas, ou seja, não há delimitação nítida e precisa em relação à atuação dos entes federados, os quais deverão atuar em conjunto.

24. Assinale a alternativa correta em relação ao que determina a Constituição Federal acerca da Administração Pública brasileira:

a) A aposentadoria compulsória não se aplica aos detentores da prerrogativa da vitaliciedade.

b) A vedação ao nepotismo não abrange o nepotismo cruzado nem a nomeação para cargos políticos.

c) Após a EC 103/19 restou proibida a concessão de vantagens adicionais, pelas leis específicas de cada ente federado, além daquelas conferidas pelo núcleo dos direitos sociais constitucionais dos servidores.

d) Os servidores públicos organizados em carreira serão remunerados, obrigatoriamente, sob a forma de vencimentos.

e) A regra que proíbe a incorporação de vantagens, temporárias ou recebidas em razão do exercício de cargos em comissão ou funções de confiança, à remuneração dos servidores, aplica-se a todas as esferas da federação, e não apenas à União.

25. Assinale a alternativa verdadeira a respeito das regras constitucionais pertinentes à Defensoria Pública:

a) Em razão do princípio da unidade da instituição, a competência legislativa para a regulamentação da Defensoria Pública de todas as esferas é privativa da União.

b) A Defensoria Pública, enquanto Função Essencial à Justiça, possui seu orçamento vinculado à proposta apresentada pelo Poder Judiciário.

c) O ingresso na carreira deverá ser por concurso público e a remuneração será feita, obrigatoriamente, por meio de subsídio.

d) Aos defensores públicos foram estendidas todas as garantias dos membros do Ministério Público, a exemplo da vitaliciedade e da inamovibilidade.

e) Os servidores públicos, ao serem processados na esfera cível ou criminal, deverão ser assistidos pela Defensoria Pública correspondente.

26. Belinário nasceu em Londres durante viagem de férias de 15 dias de seus pais, Joana e Paulo, ambos residentes no Brasil. De acordo com as normas constitucionais atinentes aos direitos de nacionalidade, pode-se inferir que Belinário:

a) Possui apenas a nacionalidade inglesa, já que seus pais não se encontravam no exterior, oficialmente, a serviço da República Federativa do Brasil.

b) Será considerado brasileiro nato a partir do momento em que os pais procederem, em Londres, ao registro em repartição brasileira competente.

c) Poderá adquirir a nacionalidade secundária extraordinária caso faça a opção ao atingir a maioridade.

d) É brasileiro nato, independentemente do cumprimento de quaisquer requisitos adicionais.

e) Cumpridas as demais exigências constitucionais, será considerado brasileiro naturalizado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

27. A jurisprudência brasileira tem considerado inviável a inscrição de município em cadastros restritivos em virtude de irregularidades ocorridas em gestão anterior, caso a gestão sucessora tome as providências necessárias ao ressarcimento dos danos patrimoniais observados.

Assinale a assertiva abaixo que elenca o princípio no qual se fundamenta o referido entendimento:

a) princípio da autotutela.

b) princípio da eficiência.

c) princípio da especialidade.

d) princípio da precaução.

e) princípio da intranscendência subjetiva das sanções.

28. A respeito das estruturas jurídicas utilizadas pela Administração Pública, assinale a alternativa correta:

a) Os territórios federais são exemplos de desconcentração geográfica ou territorial.

b) A descentralização por serviços resulta na criação de estruturas jurídicas que integram a administração pública indireta, a exemplo das autarquias, fundações públicas e organizações sociais.

c) Os conselhos de fiscalização profissional são considerados, em regra, modalidades de autarquias estaduais.

d) Embora inexista subordinação entre os Poderes Legislativo e Judiciário, o Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro encontra-se subordinado ao Poder Executivo Federal.

e) As autarquias são beneficiárias de imunidade tributária relativamente ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais.

29. Segundo o marco normativo das agências reguladoras (Lei 13.848/2019), é INCORRETO afirmar que:

a) As reuniões deliberativas do conselho diretor da agência devem ser públicas e gravadas em meio eletrônico.

b) O processo decisório relacionado a questões regulatórias deve ter caráter colegiado.

c) O regime especial das agências reguladoras decorre da celebração de contrato de gestão com o poder central.

d) As agências reguladoras podem solicitar diretamente ao Ministério da Economia a autorização para a realização de concursos públicos.

e) Os dirigentes das agências reguladoras possuem estabilidade durante os mandatos.

30. No que se refere ao desfazimento dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

a) Em decorrência da relevância jurídica do princípio da legalidade, a anulação dos atos administrativos sempre poderá ser realizada de ofício.

b) Os atos discricionários são insuscetíveis de controle judicial.

c) No exercício do controle judicial, admite-se a substituição do mérito do administrador pelo do magistrado.

d) A caducidade tem lugar quando o destinatário de ato administrativo descumpre os requisitos que deveria atender para a manutenção de seus efeitos.

e) A derrogação consiste na parcial revogação dos efeitos dos atos administrativos válidos.

31. Assinale a alternativa abaixo que contêm apenas atos ordinatórios:

a) Instruções normativas, ofícios, vistos, apostilas e multas.

b) Ordens de serviço, circulares, instruções e interdições.

c) Instruções, autorizações, apostilas e resoluções.

d) Despachos, ofícios, provimentos e avisos.

e) Circulares, ofícios, portarias e homologações.

32. No tocante ao poder normativo conferido à Administração Pública, marque a alternativa correta:

a) Consiste em instrumento de consecução do interesse público por meio da expedição de atos normativos originários, relacionados às atividades típicas da Administração, quais sejam: prestação de serviços públicos, polícia administrativa, fomento e intervenção.

b) A edição de decretos que permitem a fiel execução das leis é competência do Chefe do Executivo, embora a legislação expressamente admita a possibilidade de se delegar tal atribuição aos seus auxiliares diretos.

c) É possível a edição de decretos que promovam a extinção de cargos, vagos ou ocupados.

d) A edição de decretos autônomos depende da existência de lei a ser regulamentada.

e) É exemplo do fenômeno da deslegalização a edição de ato normativo por agência reguladora, com a finalidade de completar a regulamentação legal e elucidar aspectos técnicos de questões afetas à sua área de atuação finalística.

33. Tomando por base os entendimentos do Supremo Tribunal Federal e as regras expressas na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

a) O servidor eleito para mandato de vereador, em qualquer situação, poderá acumular o subsídio de vereador com a remuneração do cargo efetivo.

b) Agente de fato necessário é aquele que desempenha atividade pública presumidamente legítima, embora sua investidura esteja eivada de vício.

c) O acesso de estrangeiros a cargos públicos depende de expressa autorização em lei, diferentemente do que se verifica em relação aos brasileiros, natos ou naturalizados, os quais podem acessar os cargos desde que preencham requisitos eventualmente previstos em lei.

d) Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são automaticamente estáveis após três anos de efetivo exercício.

e) Os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, mesmo se detectado o descumprimento do limite remuneratório estatuído no inciso XI do art. 37 do texto constitucional.

34. No que diz respeito ao Estatuto dos servidores públicos civis do Rio de Janeiro, julgue os itens a seguir.

a) O servidor entrará em exercício dentro do prazo máximo de quinze dias, contados da publicação do ato de nomeação em cargo efetivo.

b) Nas hipóteses em que o servidor efetivo for provido em cargo de comissão, este poderá optar entre o vencimento do novo cargo ou a soma do vencimento do cargo efetivo com o equivalente a 70% do valor fixado para o cargo em comissão.

c) Os cargos públicos são providos mediante reintegração, aproveitamento, readaptação, posse e outras formas determinadas em lei.

d) O exercício em substituição de cargos em comissão ou funções de confiança depende de posse, a ser realizada em até cinco dias do ato de designação.

e) O abandono de cargo enseja sua vacância mediante demissão, inclusive se extinta a punibilidade administrativa por prescrição.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

35. Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre competência, é correto afirmar:

a) Sempre haverá remessa dos autos ao juízo federal competente se a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional intervierem, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente.

b) Mesmo se tratando de ações sujeitas à Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho e Justiça Militar, haverá remessa ao juízo federal competente na hipótese de intervenção da União como parte ou como terceiro.

c) As ações de recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente do trabalho não serão remetidas ao juízo federal, ainda que a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional intervenham na qualidade de parte ou de terceiro interveniente.

d) Em relação à Fazenda Pública estadual, a execução fiscal será proposta no foro da capital do Estado ou no do lugar onde for encontrado o réu.

e) O juízo federal julgará a ação, sem suscitar conflito com o juízo federal, ainda que o ente federal cuja presença ensejou a remessa for excluído do processo.

36. A partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo o foro onde será proposta a ação. Sobre o tema, é correto afirmar:

a) A eleição de foro produz efeito quando constar de instrumento escrito ou quando acordado verbalmente pelas partes e aludir expressamente a determinado negócio jurídico.

b) O foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes

c) Antes da citação, a cláusula de eleição de foro, se abusiva, pode ser reputada nula de ofício pelo juiz, que determinará a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu.

d) Citado, incumbe ao réu alegar a abusividade da cláusula de eleição de foro na contestação ou a qualquer tempo por petição, desde que antes de prolatar a sentença.

e) Não compete à autoridade judiciária brasileira o processamento e o julgamento da ação quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional, arguida pelo réu na contestação.

37. Em regra, o cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário. Considerando o disposto no Código de Processo Civil sobre o tema, assinale a alternativa correta:

a) ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a ação que verse sobre direito real imobiliário, independentemente do regime de comunhão de bens adotado.

b) ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a ação resultante de fato que diga respeito a qualquer um deles ou de ato praticado por eles;

c) não serão necessariamente citados os cônjuges nas ações fundadas em dívida contraída por um deles a bem da família;

d) o consentimento previsto pode ser suprido judicialmente quando for negado por um dos cônjuges sem justo motivo ou quando lhe seja impossível concedê-lo.

e) nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu é facultativa.

38. A citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual. Em regra, a citação poderá ser feita em qualquer lugar em que se encontre o réu, o executado ou o interessado, mas o Código de Processo Civil ressalva algumas hipóteses em que não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito. Desse modo, é falso afirmar que não se fará a citação:

a) de quem estiver participando de ato de culto religioso.

b) de cônjuge, de companheiro ou de qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 3 dias seguintes.

c) de noivos, nos 3 primeiros dias seguintes ao casamento.

d) de doente, enquanto grave o seu estado.

e) quando se verificar que o citando é mentalmente incapaz ou está impossibilitado de recebê-la.

39. Assinale a alternativa correta com base nas disposições do Código de Processo Civil sobre a sentença e a coisa julgada.

a) O pronunciamento oficial que não resolve o mérito não obsta que a parte proponha de novo a ação, desde que haja correção do vício e a parte não incorra em perempção.

b) Sendo proposta nova ação em razão de sentença de extinção sem resolução do mérito, a petição inicial será despachada sem o pagamento ou do depósito das custas e dos honorários de advogado, visto que já foram pagas quando da propositura da primeira ação.

c) Se o autor der causa, por 3 vezes, a sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto pelo prazo de 1 ano, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.

d) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada podendo, por conseguinte, prejudicar terceiros.

e) A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida. Tal disposição não se aplica à resolução de questão prejudicial que tenha sido decidida expressa ou incidentemente no processo.

40. A decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário. Sobre o tema:

a) transcorrido o prazo de 15 dias para pagamento voluntário, o juiz, de ofício ou a requerimento do exequente, remeterá a certidão de teor da decisão ao cartório para fins de protesto.

b) a certidão de teor de decisão deverá ser fornecida no prazo de 3 e indicará o nome e qualificação do exequente e do executado, o número do processo, o valor da dívida e a data de decurso do prazo para pagamento voluntário.

c) a certidão de teor de decisão deverá ser fornecida no prazo de 5 e indicará o nome e qualificação do exequente e do executado, o número do processo, o valor da dívida e a data de decurso do prazo para pagamento voluntário.

d) o executado poderá requerer a anotação da propositura da ação rescisória à margem da decisão protestada, sob sua responsabilidade, mas sem custo adicional.

e) a requerimento do executado, o protesto será cancelado por determinação do juiz, mediante ofício a ser expedido ao cartório, no prazo de 5 dias, contado da data de protocolo do requerimento, desde que comprovada a satisfação integral da obrigação.

41. O Código de Processo Civil prevê que no julgamento de determinados recursos, depois da exposição da causa pelo relator, o presidente dará a palavra, sucessivamente, ao recorrente, ao recorrido e, nos casos de sua intervenção, ao membro do Ministério Público, pelo prazo improrrogável de 15 minutos para cada um, a fim de sustentarem suas razões. De acordo com o CPC, qual das hipóteses abaixo apresenta um recurso que não admite sustentação oral?

a) apelação e embargos de declaração.

b) recurso ordinário, recurso especial e recurso extraordinário.

c) embargos de divergência e ação rescisória.

d) mandando de segurança e reclamação.

e) agravo de instrumento interposto contra decisões interlocutórias que versem sobre tutelas provisórias de urgência ou de evidência.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

42. Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa correta:

a) O inquérito policial poderá ser instaurado de ofício nos crimes de ação penal pública condicionada à representação

b) Por ser procedimento sigiloso, é vedado ao defensor do indiciado ter acesso amplo aos elementos de prova já documentados no inquérito policial

c) estando solto o indiciado, o inquérito deverá ser concluído no prazo de 30 dias, a contar da instauração do inquérito

d) em qualquer inquérito que apure fato criminoso praticado por agente público no exercício da função, este deverá ser citado para, em 48h, constituir defensor

e) O inquérito policial não acompanhará a denúncia ou queixa, ainda que sirva de base a uma ou outra

43. Sobre o inquérito policial e a ação penal, assinale a alternativa correta:

a) Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, não pode a ação penal ser iniciada sem novas provas.

b) O acordo de não persecução penal é inovação trazida pela Lei 13.964/19, sendo cabível para as infrações penais cuja pena máxima não ultrapasse 04 anos de privação da liberdade

c) Como regra, a autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito, salvo quando se tratar de fato evidentemente atípico

d) Concedido o perdão, o querelado será intimado a dizer, dentro de três dias, se o aceita, devendo ser cientificado de que o seu silêncio importará recusa

e) Haverá perempção caso o querelante, em ação penal privada subsidiária da pública, deixe de dar andamento ao processo por 30 dias seguidos

44. Maria foi vítima de crime de ação penal privada, praticado por José. Maria, tempestivamente, ajuizou ação penal privada em desfavor de José. Todavia, no curso do processo, Maria faleceu, deixando uma irmã, Juliana, e sua avó materna, Francisca.

Nesse caso, é correto afirmar que:

a) Tanto Juliana quanto Francisca poderão prosseguir na ação, no prazo de 60 dias, sob pena de perempção, sendo que Francisca tem preferência em relação a Juliana.

b) Tanto Juliana quanto Francisca poderão prosseguir na ação, no prazo de 180 dias, sob pena de decadência, sendo que Francisca tem preferência em relação a Juliana.

c) Tanto Juliana quanto Francisca poderão prosseguir na ação, no prazo de 60 dias, sob pena de perempção, sendo que Juliana tem preferência em relação a Francisca.

d) Tanto Juliana quanto Francisca poderão prosseguir na ação, no prazo de 180 dias, sob pena de decadência, sendo que Juliana tem preferência em relação a Francisca.

e) Juliana não tem legitimidade para prosseguir na ação.

45. Sobre os procedimentos penais, assinale a alternativa correta:

a) O Tribunal do Júri tem competência para o processo e julgamento dos crimes dolosos e culposos contra a vida, e os crimes a eles conexos.

b) O rito ordinário é cabível no caso de crime cuja pena máxima seja igual ou superior a 04 anos

c) O rito sumário é cabível no caso de crime cuja pena máxima seja igual ou superior a 01 ano

d) O rito sumário é cabível para o processo e julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo

e) Os processos que apurem a prática de crime hediondo não terão prioridade de tramitação.

46. No rito do Júri, ao final da instrução preliminar, se o Juiz não estiver convencido de que exista prova da materialidade ou indícios suficientes de autoria, deverá:

a) pronunciar o acusado, cabendo recurso de apelação contra tal decisão

b) impronunciar o acusado, cabendo recurso de apelação contra tal decisão

c) impronunciar o acusado, cabendo recurso em sentido estrito contra tal decisão

d) absolver sumariamente o acusado, cabendo recurso de apelação contra tal decisão

e) absolver sumariamente o acusado, sendo esta uma decisão irrecorrível

47. No rito ordinário poderão ser inquiridas pela acusação e pela defesa até:

a) 05 (cinco) testemunhas, mas nesse número não se compreendem as que não prestem compromisso e as referidas.

b) 05 (cinco) testemunhas, e nesse número já se compreendem as que não prestem compromisso e as referidas.

c) 08 (oito) testemunhas, e nesse número já se compreendem as que não prestem compromisso e as referidas.

d) 08 (oito) testemunhas, mas nesse número não se compreendem as que não prestem compromisso e as referidas.

e) 03 (três) testemunhas, mas nesse número não se compreendem as que não prestem compromisso e as referidas.

48. Em determinado processo que tramita perante o Juizado Especial Criminal, o Oficial de Justiça, ao tentar citar o réu, certifica que o mesmo se encontra em local desconhecido, devolvendo o mandado citatório ao Juiz.

Diante dessa informação, o Juiz deverá:

a) determinar a citação do réu por hora certa

b) determinar a citação do réu por edital

c) determinar a suspensão do processo, com a suspensão do curso do prazo prescricional

d) determinar a suspensão do processo, sem suspensão do curso do prazo prescricional

e) determinar a remessa dos autos ao Juízo comum, para que lá seja realizada a citação, seguindo o processo pelo rito sumário

NOÇÕES DE CUSTAS JUDICIAIS

49. De acordo com a Lei nº 3.350 de 29 de Dezembro de 1999, do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa correta:

a) Incumbe, exclusivamente, ao Corregedor Geral de Justiça e aos membros do Ministério Público a fiscalização sobre a cobrança e recolhimento das custas e emolumentos.

b) Sem prejuízo das sanções disciplinares e penais na forma da lei, a cobrança, indevida ou excessiva, de custas ou emolumentos acarretará ao infrator, além da restituição, multa equivalente ao quádruplo do valor cobrado, a ser recolhida a favor do Fundo Especial do Tribunal de Justiça - FETJ, instituído pela Lei nº 2.524, de 22 de janeiro de 1996.

c) A restituição e o pagamento da multa, em caso de cobrança indevida ou excessiva de custas ou emolumentos, deverão ser efetivados pelo infrator em até 3 (três) dias úteis contados da ciência da decisão definitiva.

d) O beneficiário da justiça gratuita, observado o que dispuser a legislação federal e estadual específica, é isento do pagamento de custas judiciais.

e) As custas serão pagas e recolhidas pelos interessados em estabelecimento bancário indicado pelo Tribunal de Justiça, cabendo ao réu, nos termos da lei processual vigente, o seu adiantamento no caso de atos e diligências requeridas pelo Ministério Público ou ordenadas, de ofício, pelo Juiz

50. A respeito das disposições da Lei nº 3.350 de 29 de Dezembro de 1999, do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa correta:

a) É vedado a qualquer agente, servidor ou serventuário da Justiça, remunerado ou não pelos cofres públicos, exceto o Juiz de Paz, receber o valor das custas ou da taxa judiciária diretamente das partes.

b) As despesas postais, de publicação, de reprodução de plantas e cópias de microfilme serão pagas ao final pelo vencido.

c) Emolumentos são a remuneração devida pelos serviços notariais e de registros destinados a garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos, sob chancela da fé pública.

d) É permitido a exigência de taxa de urgência em casos de tutelas de urgência que demandem um rápido provimento judicial, cabendo ao titular da serventia zelar pelos serviços notariais e de registros, para serem prestados com rapidez, qualidade e eficiência.

e) Quando o valor declarado para o ato for diverso do atribuído pelo Poder Público, para efeitos de qualquer natureza, os emolumentos serão calculados sobre o menor valor.

51. Com base nas disposições da Lei nº 3.350 de 29 de Dezembro de 1999, do Estado do Rio de Janeiro, que trata das custas judiciais e emolumentos dos serviços notariais e de Registro no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado, assinale a alternativa INCORRETA:

a) As despesas postais, de publicação, de reprodução de plantas e cópias de microfilme serão pagas antecipadamente pelo interessado.

b) Havendo num único documento diversos atos a serem praticados, estes serão cobrados separadamente.

c) Não são devidos novos emolumentos pelas retificações, restaurações e repetição de atos decorrentes de erro funcional.

d) De todos os pagamentos efetivados se dará recibo ao usuário, ainda que não seja por ele solicitado.

e) As certidões fornecidas pelos serviços notariais e de registro permanecerão disponíveis aos interessados por até 60 (sessenta) dias, a contar de sua expedição, podendo ser revalidadas, uma única vez, antes da expiração do referido prazo.

52. De acordo com o Decreto-Lei nº 05 de 1975, do Estado do Rio de Janeiro, que institui o código tributário do Estado, assinale a alternativa correta:

a) Estão sujeitos ao pagamento da taxa judiciária, em separado, os serviços prestados em qualquer fase do processo de cognição ou execução bem como seus incidentes, ainda que processados em apartado.

b) Considera-se como valor do pedido nas ações de despejo e nas consignações de aluguéis, o valor dos aluguéis dos últimos 06 (seis) meses;

c) Nos processos de liquidação de sociedade e de concurso de credores, considera-se como valor do pedido o líquido a partilhar, a adjucar ou a ratear aos sócios e aos credores.

d) A intervenção de terceiros por ser considerada uma ação autônoma não está sujeita ao pagamento da taxa correspondente.

e) Nos processos de desapropriação, a taxa será devida pelo autor, quando atribuir ao bem desapropriado valor maior do que aquele que realmente for reconhecido ao mesmo na decisão final.

53. De acordo com o Decreto-Lei nº 05 de 1975, do Estado do Rio de Janeiro, que institui o código tributário do Estado, consideram-se autônomos, obrigando aqueles que os promoverem ao pagamento da taxa correspondente, EXCETO:

a) embargos do devedor.

b) contestação

c) embargos de terceiros

d) intervenção de terceiros

e) habilitações de crédito nos processos de falência ou concordata

54. Acerca das disposições relacionadas a Liquidação previstas no Decreto-Lei nº 05 de 1975, do Estado do Rio de Janeiro, que institui o código tributário do Estado, assinale a alternativa incorreta:

a) Considera-se como valor do pedido, a soma do principal, juros, multas, honorários e quaisquer vantagens pretendidas pelas partes.

b) Quando o litígio tiver por objeto a existência, validade, cumprimento, modificação ou rescisão de obrigação contratual ou legal, entende-se por principal o valor da obrigação.

c) Quando o pedido tiver por objeto prestações periódicas, a taxa será calculada, inicialmente, sobre todas as prestações já vencidas, até a data do pedido e mais as vincendas correspondentes a 1 (um) ano.

d) Nos processos de desapropriação, a taxa será devida sobre a diferença entre o valor pleiteado pelo réu e o fixado na decisão final.

e) Regra geral, a taxa será calculada à razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor do pedido, ainda que seja este diverso do valor da causa fixado para fins processuais.

CODJERJ, CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

55. Conforme o Decreto-Lei nº 220 de 18 de julho de 1975 que trata do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, não é proibido ao funcionário:

a) referir-se de modo depreciativo, em informação, parecer ou despacho, às autoridades e atos da Administração Pública, ou censurá-los, pela imprensa ou qualquer outro órgão de divulgação pública, podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-los, do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço.

b) retirar, modificar ou substituir livro ou documento de órgão estadual, com o fim de criar direito ou obrigação, ou de alterar a verdade dos fatos, bem como apresentar documento falso com a mesma finalidade.

c) valer-se do cargo ou função para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função pública.

d) guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenha conhecimento em razão do cargo ou função.

e) coagir ou aliciar subordinados com objetivo de natureza partidária.

56. Conforme o Decreto-Lei nº 220 de 18 de julho de 1975, que trata do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, são competentes para aplicação de penas disciplinares:

I - os Secretários de Estado e demais titulares de órgãos diretamente subordinados ao Governador em todos os casos.

I - o Governador, nos casos de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

III - os dirigentes de unidades administrativas em geral, nos casos de penas de advertência, repreensão, suspensão até 60 (sessenta) dias e multa correspondente.

Está incorreto o que se afirma em:

a) I e II

b) II e III

c) I, apenas

d) III, apenas

e) I, II e III

57. Conforme a Lei nº 6956 de 13 de janeiro de 2015 que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio De Janeiro a criação de Varas, Juizados e Fóruns Regionais será feita, EXCETO:

a) por desdobramento, em outros de igual competência, quando o número ou a natureza dos feitos distribuídos anualmente justificar a medida.

b) por especialização, quando a justificarem o número de feitos da mesma natureza ou especialidade, a necessidade de maior celeridade de determinados procedimentos, ou o interesse social.

c) por descentralização, quando o exigir expressiva concentração populacional em núcleo urbano afastado do centro da sede da Comarca, cuja distância em relação ao fórum local torne onerosa ou dificulte a locomoção dos jurisdicionados.

d) por transformação, quando se verificar a necessidade de readequação das competências da Comarca, sendo possível a desinstalação de Varas e Juízos para posterior transformação em novas Varas, Juízos ou Juizados.

e) por fusão, quando se verificar a possibilidade de acumulação de várias Varas, Juízos ou Juizados em um só.

58. Conforme a Lei nº 6956 de 13 de janeiro de 2015 que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio De Janeiro (LODERJ) integram a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça o Órgão Especial, o Conselho da Magistratura, a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, o Fundo Especial do Tribunal de Justiça e a Escola de Administração Judiciária, incumbindo:

a) ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça, o exercício da função administrativa superior, na forma do Regimento Interno.

b) ao Conselho da Magistratura, o exercício da função administrativa superior, inclusive editando atos normativos sobre administração de pessoal e administração financeira, na forma prevista em regimento próprio.

c) ao Órgão Especial a formação e o aperfeiçoamento permanente de magistrados.

d) à Escola de Administração Judiciária, a gestão das receitas vinculadas ao custeio, ao processo de modernização e ao aparelhamento do Poder Judiciário.

e) à Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), o aperfeiçoamento permanente dos servidores do Poder Judiciário.

59. Conforme a LODERJ, cabe ao 3º Vice-Presidente incumbe, EXCETO:

a) substituir o 1º Vice-Presidente, sem prejuízo de suas atribuições próprias

b) integrar o Órgão Especial e o Conselho da Magistratura

c) exercer as funções administrativas e judicantes que lhe forem delegadas pelo Presidente ou atribuídas pelo Regimento Interno

d) tomar parte nos julgamentos do Órgão Especial, sem as funções de relator ou revisor, salvo quando vinculado por vista, distribuição anterior ou competência regimental

e) admitir, inadmitir, sobrestar, suspender, realizar o juízo de conformidade e indeferir o processamento dos recursos especiais e extraordinários interpostos para os Tribunais Superiores

60. Conforme a Lei nº 6956 de 13 de janeiro de 2015 que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio De Janeiro compete, exclusivamente, ao Tribunal Pleno:

I. decidir sobre criação, extinção, alteração ou modificação de competência dos órgãos julgadores de segundo grau.

II. compor lista tríplice de juristas a serem nomeados pelo Governador do Estado para o Tribunal Regional Eleitoral.

III. compor lista tríplice de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes;

IV. eleger três desembargadores para compor o Conselho da Magistratura.

Assinale a alternativa que indica as assertivas corretas:

a) I e III

b) II e IV

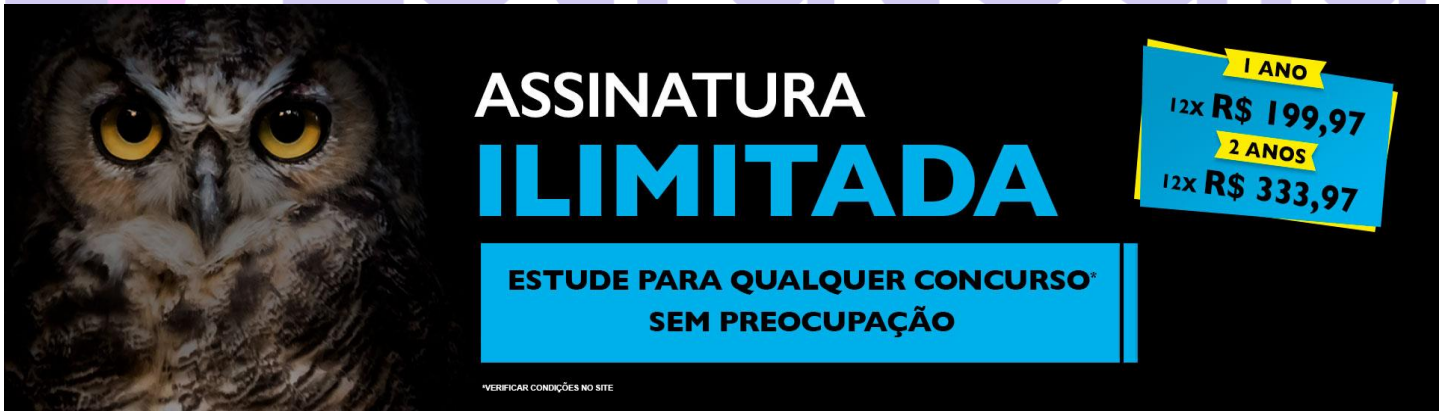
c) II, III e IV

d) I, II e III

e) I, II, III e IV

Preencha o Gabarito!

http://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-01-02

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!